

A MISÉRIA BATE À SUA PORTA

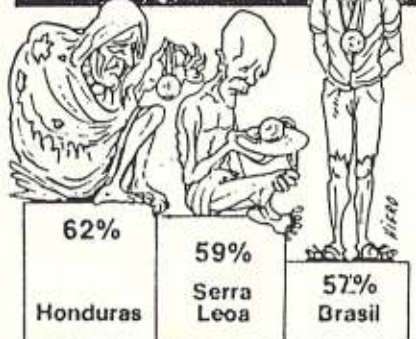
O Banco Mundial acaba de conferir ao Brasil o bronze da miséria. Somos os terceiros do mundo na olimpíada da concentração de renda, ou, por outra, da desigualdade social. Na frente do Brasil, só mesmo Honduras, que ficou com a medalha de ouro, e Serra Leoa, que ganhou a de prata. O último relatório anual do banco mostra que na década de 80 conseguimos melhorar notavelmente o nosso desempenho negativo. Por exemplo, o PIB cresceu bem abaixo do aumento da população. Resultado: o número de miseráveis elevou-se em 50%.

Somos pobres, temos um PIB inferior às exigências de um país moderno, como se diz - embora fiquemos ai enchendo a boca ao declinar a nossa condição de oitava economia do mundo. Este oitavo lugar é insuficiente, mas há algo pior do que a própria pobreza. É a maneira de administrá-la. Segundo o relatório do Banco Mundial, o Brasil não perderia nada se tomasse aulas de distribuição de renda da Indonésia, da Malásia, da Tailândia.

Às vezes o presidente Fernando Collor nos transmite a impressão de que estamos com um pé no Primeiro Mundo. Ele fala com paixão e olhos rútilos. Parece, no entanto, que antes de chegar lá temos de atingir o nível do Paquistão, do Egito, de Bangladesh. Já se disse que o Brasil é uma Bélgica, um pouco de Bélgica e muito de Índia. Lembra-se? Não é não. O Brasil é o Brasil, mais único que raro, um campeão às avessas. Não vamos ofender a Índia e muito menos a Bélgica.

O relatório do Banco Mundial aponta as razões do fracasso dos planos de ajuste da economia ensaiados nos governos Figueiredo e Sarney. Não houve combate efetivo ao déficit público, diz o documento, e a pobreza se alastrou por obra dos baixos salários. Todo o sistema é marcado pela injustiça, visa a acentuar o privilégio. Nos gastos sociais, na política educacional, na política de subsídios. O economista-chefe do Departamento do Brasil do Banco Mundial, Michael Michaely, fulmina: "As políticas de desenvolvimento no Brasil têm sido erradas, não existe meio-termo em relação a isso. Todas levam ao crescimento da pobreza, seja por omissão ou comprometimento."

Bronze da pobreza
O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com pior distribuição de renda



Panamá.....	57%
Colômbia.....	57%
Costa do Marfim.....	55%
Nepal.....	53%
Turquia.....	51%
México.....	50%

O número em porcentagem é o resultado de uma equação matemática, chamada de coeficiente de Gini, que estabelece uma relação entre a renda produzida no país, sua destinação por segmentos da economia e a oligopolização industrial. Quanto maior o índice, pior é a distribuição da renda.

O gringo disse o que nós sabemos e fingimos ignorar. Nós, que de uma forma ou de outra, quem mais, quem menos, atingimos pela área do privilégio. Em nome da democracia em risco, do capitalismo ameaçado, cometeram-se as piores prepotências. Objetivo real: prosseguir ao largo da democracia e do capitalismo. Nada melhor que uma Idade Média para deixar de dividir o bolo com alguma equidade. Pode-se dizer: com alguma inteligência, ao considerar os resultados apontados pelo Banco Mundial. Mas quem está por cima em nada pensa, além das vantagens imediatas. Ele cuida de esquecer a paisagem que o rodeia, olha-se no espelho e se satisfaz com o que vê. Em todo caso, os números do relatório são a melhor pista para entender por que o Brasil se ilude quando pretende ser democrata e capitalista.

Agora o governo empenha-se em uma luta de morte contra a inflação. Mesmo entendendo que a inflação é efeito e não causa, admitamos que o alvo seja correto. A operação vem caracterizada, no entanto, pelo costumeiro autoritarismo do Executivo, validado como sempre pela tibieza dos outros poderes. E a intransigência governista atinge, como sempre, quem pode menos. Penaliza-se o assalariado enquanto os preços continuam subindo. De quando em quando, haverá quem acredite que a inflação

acabou ao ouvir sorridentes locutores, ao ler sorridentes manchetes, que falam de 10% ao mês como se a batalha estivesse ganha. Só falta enfiar a mão no bolso para apurar a quantas andam a situação particular e a geral. Em compensação, nos pedem que caminhemos para as urnas iminentes com a esperança no coração.

Bolso vazio, coração também. O desânimo e a descrença dos eleitores cercam o debate dos candidatos. Mas não se tome isso como falta de maturidade para viver uma democracia autêntica. Talvez o País esteja amadurecendo para a compreensão de que não basta convocar eleições para realizar plenamente um regime democrático. Esses pleitos até hoje aproveitaram é aos eleitos, para perpetuar um regime de desigualdade que é o exato oposto da democracia da sua retórica. ISTO É SENHOR/1093 - 29/9/90

destaques

O déficit e os salários _____ pág. 02

Qual o ideal da cut? _____ pág. 03

Como vai o rju _____ pág. 04

Rav: busca do consenso _____ pág. 04

SALÁRIOS CONGELADOS: VAMOS FAZER O QUÊ? QUANDO?



SAIBA DO RJU



Já foi aprovado pelo Senado Federal um substitutivo ao projeto de Lei que regulamenta o Regime Jurídico Único, aprovado no mês passado pela Câmara dos Deputados, o qual teve origem no Anteprojeto de lei publicado no Diário Oficial do dia 16 de agosto de 1.989. Com este projeto o servidor público perdeu alguns benefícios, conferidos pelo projeto original, dentre eles o auxílio educação para os dependentes, licença para tratamento da saúde dos enteados a padrastos; licença de 90 dias ao adotante...

Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que o substitutivo do Senado, na verdade veio ampliar os benefícios da Lei 1.711/52, pois o NOVO ESTATUTO, modificado pelo projeto aprovado apresenta várias vantagens, como a estabilidade dos servidores celetistas, licença para mandato classista, anuênio pelo total da remuneração, licença prêmio quinzenal, de três meses; sem esquecer inativos e pensionistas, bem como os beneficiários.

O projeto aprovado pelo Senado retorna para a Câmara Federal, tendo esta por direito Constitucional o poder de aceitar ou não as alterações implementadas pelo substitutivo. Votado pela Câmara o novo diploma legal que regerá a vida dos servidores será enviado ao Presidente da República, que deverá sancioná-lo, tendo em vista que o substitutivo do Senado procurou atender as propostas do Executivo, que também tem um projeto de Regime Jurídico Único para os servidores públicos Federais.

Este é o entendimento do SINDFAZ/PR., de acordo com análise feita pelo Dr. Fábio diretor Jurídico da Entidade.

SINDICATO É VOCE!

Gazeta do Povo - Curitiba, sábado, 22 de setembro de 1990

Fazenda: servidor ganha o adicional

TEM GENTE QUE OLHA E NÃO VÊ!

SINDFAZ
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

R.A.V. JUSTIÇA SOCIAL

Os motoristas de várias delegacias entraram com requerimento no SINDFAZ/PR, pleiteando medidas que possibilitem sua participação na R.A.V.-Retribuição Adicional Variável. Seus pedidos estão amparados no fato de que em algumas delegacias os beneficiários estão divididos em uma parte da R.A.V., com os colegas (Ex: Joinville).

O SINDFAZ/PR informa que promoverá reuniões em todas as DRFs, para discutir o assunto, esclarecendo que, de acordo com estudos do Departamento Jurídico não existe amparo legal para estender as reivindicações. Porém, não descarta a possibilidade de um acordo entre fiscais, técnicos e motoristas, tendo em vista que as reuniões nada mais são que a busca do consenso.

SINDFAZ/SC?

Representantes do SINDFAZ/PR., estiveram reunidos com funcionários do Ministério da Fazenda de Santa Catarina, para discutir a implantação de um Sindicato mais representativo naquele estado. A delegação paranaense representada pelo Presidente Sidney Dolinski, Tesoureiro Sergio Luiz Hamster, e

Pela primeira vez no Brasil um sindicato ganha na Justiça o adicional de periculosidade para os servidores do Ministério da Fazenda. A ação foi impetrada pelo advogado do SINDFAZ/PR - Sindicato dos Servidores do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no Paraná, Isaias Zella Filho solicitando o adicional de 30% para os funcionários da Delegacia da Receita Federal de Cascavel e a liminar saiu em 48 horas. Nesta semana, os servidores daquela delegacia receberam computado na folha o percentual ganho na Justiça retroativo a agosto. A ação deverá criar jurisprudência.

O advogado embasou-se em um estudo de 550 páginas realizado pelo médico do trabalho, o paranaense Farid Sabbag onde as condições impostas ao trabalhador brasileiro são minuciosamente analisadas e classificadas entre as piores do mundo.

O advogado da entidade Isaias Zella Filho, reuniu-se com lideranças, que representam vários cargos durante toda a tarde do último dia 20, que após ouvirem as propostas do SINDFAZ/PR., decidiram por uma reunião nesta quarta-feira, 26.

O advogado Isaias Zella Filho discorreu longamente sobre a necessidade dos servidores Fazendários se unirem para que tenham representação classista mais expressiva. Demonstrou as vantagens conseguidas com as ações já ganhas na Justiça e vários outros processos através dos quais o Sindicato está acionando o Estado para fazer valer o direito dos servidores. O Presidente Sidney Dolinski, reforçou a necessidade da formação de uma entidade que reúna todas as categorias dos Fazendários, em torno do objetivo comum que se fazer representar sem corporativismo. Em seguida, o Tesoureiro Sergio Luiz Hamster fez uma explanação sobre o patrimônio e estrutura do SINDFAZ/PR., conseguido em seus dois anos de existência, e isso incentivou a promoverem reunião especificamente para discutirem a implantação do SINDFAZ, naquele estado.